

# O novo Congresso

O Congresso que hoje se instala traz das urnas um incômodo sinal: a maior avalanche de votos brancos e nulos de toda a história republicana. Recebeu apenas pouco mais de um terço dos votos do eleitorado, ficando a reboque das eleições para os executivos estaduais — sinal claro do descredito popular em relação à instituição. Esse, justamente, seu maior desafio: regenerar a imagem do político e dos partidos, sem os quais não há democracia, nem saída civilizada para crise alguma.

E crise é o que não falta — política, econômica, social, moral, ao gosto do freguês.

O governo Collor, como é óbvio, não é o autor da crise brasileira. Herdou-a já no grau da ingovernabilidade, embora lhe tenha acrescentado alguns preciosos tijolos, após semeiar esperança de rápida solução para a economia. O certo é que, para contornar as adversidades da crise e restaurar a governabilidade, o Governo precisa se entender com o Congresso.

Trata-se, antes de mais nada, de imposição constitucional. A Constituição de 1988, iniciada sob inspiração parlamentarista e concluída sob pressão presidencialista, aumentou os poderes do Congresso, dando-lhe ingerência na área econômica, algo que lhe havia sido suprimido pelo regime militar de 1964. Esse aumento de poderes correspondeu, logicamente, a uma redução de atribuições do Executivo.

E aí ocorre algo curioso: nem o Legislativo se acostumou a conviver com mais prerrogativas, nem o Executivo com menos. Padecem ambos do que Pavlov chamou de reflexo condicionado — ou que popularmente se traduz pela máxima de que o uso do cachimbo faz a boca torta. Essa recíproca inadaptação tem dificultado o entendimento e gerado alguns contratemplos políticos e administrativos. Exemplo presente é o da lei dos salários, cujas negociações se arrastam amadoristicamente.

O Congresso que hoje se empossa continua sob o comando do PMDB, que tem 109 deputados (contra 82 do PFL, a segunda bancada) e 25 senadores (contra dez do PFL). E o PMDB, embora formalmente na oposição, já deixou claro que quer o entendimento e a boa convivência. Prova disso é o perfil moderado dos nomes que elegerá para presidir a Câmara e o Senado — Ibsen Pinheiro e Mauro Benevides, respectivamente.

Ambos já deram reiteradas declarações de que pretendem evitar choques com o Executivo — que, aliás, empenhou-se como pôde para garantir-lhes a eleição. A expectativa, agora, é de que o senso de gratidão de ambos, somado à delicada conjuntura política do País, estabeleça um estável canal de comunicação com o Palácio do Planalto. A qualidade dessa convivência determinará os próximos lances do jogo político.

O Governo não dispõe de uma base parlamentar sólida. Sequer tem um partido político nacionalmente organizado. O PRN, sob cuja legenda se elegeu o presidente Collor, é a quinta bancada da Câmara e a sétima do Senado. Não possui consistência ideológica, nem quadros políticos de peso. Não poderá, pois, sozinho, respaldar as ações do Governo. O PFL, também governista, embora disponha de quadros mais conhecidos, peca pela mesma limitação: não possui perfil ideológico nítido. E é visto, pela sociedade civil organizada, como um partido de índole fisiológica, ressalvadas as exceções de praxe.

Terá, pois, o Governo que ampliar seu arco partidário, especialmente quando tiver que reformar seu ministério (algo que parece próximo). Precisará conjugar representatividade política, respeitabilidade pública e eficiência técnica.

E esses ingredientes não parecem disponíveis (pelo menos na quantidade necessária) em sua atual base parlamentar.